

Apresentação

Direitas no Brasil contemporâneo

Jorge Chaloub ¹

Pedro Lima ²

Fernando Perlatto ³

Os resultados das últimas eleições são a manifestação mais aparente de amplas transformações na sociedade brasileira. Após anos de hegemonia da esquerda, há forte sensação de expansão da direita em diversos cenários sociais. O fenômeno não é apenas eleitoral, mas encontra repercussão nos mais diversos espaços, em amplo movimento de disputa da hegemonia que envolve dimensões estéticas, concepções religiosas e organizações da sociedade civil. A dificuldade de abarcar o fenômeno passa, justamente, por suas múltiplas expressões, resultado de diversas linguagens, espaços e temporalidades. O encontro de longevas práticas políticas brasileiras com heranças das escolhas da nossa redemocratização e recentes transformações na construção de atores políticos, para o que as novas tecnologias contribuem de modo central, delineia um mundo ainda em formação. Não é possível conhecer essas novas práticas recorrendo às tradicionais divisões disciplinares ou de forma restrita às fronteiras nacionais, já que se há, por certo, marcas nacionais em cada um dos grupos que, pela direita, ganharam destaque político em todo o mundo, são evidentes os vínculos globais do fenômeno. Alguns trabalhos individuais e esforços coletivos tem buscado enfrentar tal questão (CRUZ, KAYSEL, CODAS, 2015; CHALOUB, PERLATTO, 2016; MESSEMBERG, 2017; CEPEDA, 2018; FERNANDES; MESSEMBERG, 2018). Ainda resta, todavia, grande número de questões, tanto passadas quanto futuras, a serem enfrentadas e investigadas com maior afinco.

É importante destacar que a presença social cada vez mais forte da direita na cena política brasileira tem se realizado paralelamente a uma maior difusão, no plano cultural, das ideias conservadoras, mobilizadas e difundidas por diferentes intelectuais. E não se trata aqui apenas de uma intervenção mais destacada de intelectuais no debate público portando argumentos em defesa de uma agenda centrada na sustentação do liberalismo econômico, a exemplo de Gustavo Franco, Marcos Lisboa, Armínio Fraga e Samuel Pessoa, que ocupam lugar de destaque nos jornais e revistas de maior circulação do país com críticas duras às políticas desenvolvimentistas levadas à frente pelos governos do PT, críticas estas, ressaltadas, reverberadas em publicações recentes como *Anatomia de um desastre*, de Claudia Safatle, João Borges e Ribamar Oliveira (2016) e *Como matar a borboleta azul*, de Monica Baumgarten de Bolle (2016).

O que se tem verificado ao longo dos últimos anos é um fenômeno ainda mais amplo, com características particulares, que se vincula a uma presença cada vez mais visível na esfera pública de intelectuais portadores de uma retórica mais virulenta, combativa e militante, e que se assumem abertamente de direita, a exemplo de Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Marco Antonio Villa, Denis Lerrer Rosenfield, Diogo Mainardi e

1 Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/ UFJF) e doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

2 Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

3 Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/ UFJF) e doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ.

Leandro Narloch. A inscrição desses intelectuais na esfera pública ocorreu ao longo dos últimos anos tanto mediante a publicação de artigos e colunas em jornais de grande circulação nacionais e a ocupação de espaços como o rádio, quanto pela difusão de suas ideias a partir de plataformas digitais, como o YouTube e o Facebook, que contam muitas vezes com milhares de seguidores.

Além disso, a presença desses intelectuais é particularmente perceptível na expansão e na consolidação de um nicho específico do mercado editorial, voltado para a difusão de ideias de direita. É praticamente impossível entrar hoje em uma livraria no Brasil e não encontrar exposta nas prateleiras um tipo de literatura abertamente de direita, com livros como *O Mínimo que você Precisa para não ser um Idiota* (Olavo de Carvalho), *O País dos Petralhas* e *Objções de um Rottweiler Amoroso* (Reinaldo Azevedo), *Esquerda Caviar*, *Privatize Já!* e *Contra a Maré Vermelha* (Rodrigo Constantino), *Lula é Minha Anta* (Diogo Mainardi), *O Brasil tem cura* (Rachel Sheherazade), *Não é a Mãe e Que horas ela vai?* (Guilherme Fiuza), *Guia do Politicamente Incorreto da História do Brasil* (Leandro Narloch), *Pare de Acreditar no Governo* (Bruno Garschagen), *O Mito do Governo Grátis* (Paulo Rabello de Castro) e *A corrupção da inteligência: intelectuais e poder no Brasil* (Flávio Gordon). Alguns desses livros – com destaque especial para a obra de Olavo de Carvalho, *O Mínimo que você precisa para não ser um Idiota* – atingiram índices altos de vendagem, evidenciando a capilaridade dessas ideias entre diferentes segmentos da sociedade brasileira.

É importante também chamar a atenção para a expansão no mercado editorial de um tipo de literatura, mais diretamente associada às ideias de direita, que vem crescendo ao longo dos últimos anos no Brasil, sob o impulso da “Operação Lava-Jato”. Livros como *Lava-Jato: O juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*, de Vladimir Neto (2016), *Polícia Federal: A lei é para todos*, de Ana Maria Santos e Carlos Graieb (2017), *O jogo sujo da corrupção*, de Luiz Flávio Gomes (2017) e *Petroladões: 3 anos da Operação Lava-Jato*, de Ivo Patarra (2017) passaram a ganhar cada vez mais espaço nas prateleiras das livrarias do país. Ainda que estas obras, pelo menos do ponto de vista retórico, se preocupem em reconstruir e analisar os processos de investigação e de combate à corrupção que ocorreram no país ao longo dos últimos anos conduzidos pela força tarefa da Operação Lava-Jato, elas acabam por assumir como quase que uma premissa natural a perspectiva segundo a qual a corrupção no país teve início com a experiência recente da esquerda no poder, como se os governos de Lula e Dilma tivessem inaugurado os problemas éticos enfrentados no Brasil.

Seria um equívoco pensar que há homogeneidade nas ideias defendidas por estes diferentes intelectuais aqui mencionados. Porém, a despeito das particularidades de cada uma das obras por eles escritas, é possível perceber uma aproximação na construção de uma espécie de inimigo comum, vinculado com aquilo que se convencionou denominar de “petismo”. Este “petismo” não se identificaria exclusivamente com as posições historicamente defendidas pelo PT, mas estaria, antes, relacionado a ideias que causam repulsa e hostilidade para a maior parte desses intelectuais da direita, com destaque para a defesa, no plano econômico, de um Estado mais interventor na economia e, no plano “moral”, da sustentação das agendas vinculadas às chamadas “minorias”. A articulação entre a defesa de uma agenda econômica liberal de um lado, com a sustentação de um conservadorismo moral nos temas comportamentais de outro, atravessa, com gradações e variações, parte significativa das produções desses intelectuais, permitindo situá-los como pertencentes a um campo comum.

Ante tal diversidade, é importante uma nota sobre os limites do campo da direita. Como todos os conceitos políticos, *direita* e *esquerda* são atravessados por disputas em torno da sua própria definição. O confronto em torno das definições conceituais é parte da própria luta política. Koselleck (2006) aponta como tais conceitos frequentemente se organizam em pares conceituais antitéticos e assimétricos, como é o caso da dicotomia *direita* e *esquerda*, onde cada um dos conceitos é definido relacionalmente ante o outro.

A dimensão relacional recusa os riscos de essencialização dos termos, que afirmaria seu caráter

imutável, mas não implica em plena adesão ao relativismo, pois afirma a profunda historicidade da sua definição. Deste modo, os sentidos contemporâneos do pertencimento à direita certamente apresentam marcas do mundo atual. Os ecos da queda do Muro de Berlim e da perda de força de uma perspectiva alternativa ao mundo capitalista liberal, por exemplo, tanto abriram portas para uma aproximação de setores progressistas tradicionalmente conflituosos, como os socialistas e comunistas, agora juntos sob o guarda-chuva da esquerda, quanto permitiram a forças de direita longamente organizadas ocupar o lugar de forças antissistêmicas, críticas de uma ordem política cada vez mais organizada em torno de grandes consensos de centro (RANCIÈRE, 2014).

Uma ampla definição da natureza das linguagens da direita contemporânea certamente ultrapassa os limites deste texto, mas é possível apontar a presença de duas ideias de ordem neste discurso. A conjugação destes dois conceitos de ordem permite circunscrever o campo que podemos denominar de “direita radical”. Uma destas concepções, próxima a certa tradição liberal, vê no mercado o instrumento mais eficiente na construção da sociedade. Ganha força no governo Bolsonaro uma versão particularmente radical dessa perspectiva, até mais extrema do que a do neoliberalismo da tradição austríaca de Hayek e Mises. Paulo Guedes está mais próximo de uma linhagem anarcocapitalista, próxima ou até mais radical que Nozick, com a quase restrição do Estado à regulação da moeda e à mão forte na Segurança Pública, do que da ideia neoliberal da construção de um ambiente de concorrência e de uma natureza humana empreendedora a partir do direito privado e dos investimentos em capital humano por meio da educação (FOUCAULT, 2008; LAVAL, DARDOT, 2016).

Outra ideia de ordem decorre de uma tradição de tintas conservadoras, que por abandonar o veio crítico ao mercado do conservadorismo mais tradicional pode ser vista como neoconservadora, já que concilia uma crítica às consequências culturais da modernidade, como todas as transformações no campo dos costumes, com uma adesão à modernidade econômica (HABERMAS, 2015). Tal conceito de ordem reivindica certa tradição cristã ocidental e vê uma sociedade construída a partir do conceito de família. Sua ideia de nação não surge contra a dimensão patriarcal, mas a partir dela. Por isso tanta preocupação com a questão da “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016; BIROLI, 2016), já que as pautas feministas e LGTBI colocam em questão as definições mais tradicionais de família, em regra construídas a partir de interpretações conservadoras da tradição cristã.

A linguagem neoconservadora defende uma radical separação entre o Estado e a formação dos valores, mesmo os fundamentais para uma ordem republicana. Rompem-se os vínculos entre educação e cidadania, que remetem ao Rousseau do Emilio (ROUSSEAU, 2004). Em tal discurso, a educação perde qualquer função de formação de cidadãos e construção dos grandes debates públicos e passa a ser vista como transmissão de uma série de técnicas, como é a intenção de propostas como o “Escola sem Partido”, fortemente abraçado pela bancada evangélica no congresso, hoje um dos protagonistas da linguagem neoconservadora. Em chave antirrepublicana, o neoconservadorismo recusa a noção de esfera pública e reserva suas reflexões ao terreno exclusivo da religião e da família.

É justamente esta oposição ao republicanismo o que aproxima o neoconservadorismo e as versões mais radicais do liberalismo. Há também uma crítica mesmo aos mais minimalistas conceitos de democracia, em movimento de explícita *desdemocratização* (BROWN, 2006). Ambas comungam de uma visão de mundo que funda no terreno do privado – o indivíduo, neste ultraliberalismo, e a família, no neoconservadorismo – os alicerces da construção da ordem. Mais do que grupos sociais estanques, esses dois eixos são linguagens, conjugadas de forma distinta pelos diversos grupos no poder: militares, juristas, líderes religiosos e políticos. O modo de articulá-los pode ser, todavia, objeto de confrontos.

A coalizão da direita radical está, todavia, longe de ser uniforme. Ganham destaque no debate público atores com trajetórias diferentes e marcados por uma heterogênea mescla entre repertórios diversos. A tentativa de isolar cada um dos atores e movimentos sociais em alguma dessas linguagens

certamente incorrerá em simplificações, já que o ponto central do estilo é justamente a mobilização concomitante de vários desses repertórios, mesmo que eles pareçam, sob o olhar da lógica mais ortodoxa, conflitantes. A crítica de Olavo de Carvalho, o mais influente ideólogo do grupo, aos liberais soa incompatível com sua afirmação do caráter cristão do capitalismo apenas aos ouvidos mais sensíveis, que buscam nesses atores algo semelhante à coerência dos velhos sistemas filosóficos.

Se as linguagens dão um panorama mais amplo do cenário da direita contemporânea, é também possível identificá-la pela mobilização de alguns motes retóricos, tais como uma perspectiva profundamente crítica da história nacional, a redução de todo o debate político ao campo da moral, a reivindicação de uma compreensão privilegiada da realidade e a afeição por teorias da conspiração. Ao lado dessas teses e padrões argumentativos se destaca o estilo, inspirado nos polemistas norte-americanos, cujo tom agressivo torna semelhantes personagens de trajetórias muitas vezes diversas. O mais evidente elemento de identificação, ao menos na atual conjuntura, é o ataque ao inimigo comum: a esquerda.

Nas vozes da direita radical, o conceito de esquerda tinha como primeiro sentido comum a defesa da centralidade do Estado. Contra a suposta estatolatria comum aos esquerdistas, batalhavam juntos os autodeclarados libertários, liberais e conservadores, todos resistentes aos prefixos “neo”, que negavam as tradições reivindicadas pelos mesmos. O Estado era responsabilizado por intervir em locais onde deveria se abster, como a família, cara aos neoconservadores, e a construção das preferências individuais, terreno sagrado dos neoliberais e libertários. Surgia assim uma precária, mas vendável, versão da dicotomia esquerda e direita, que tomava o Estado como único critério de distinção entre os campos. Vem de tal discurso a tosca tese que identifica o nazismo ao campo da esquerda.

A identificação do Estado às mais variadas mazelas nacionais tem uma história bem mais longa no Brasil. Dos textos de Roberto Campos ao famoso discurso de despedida de Fernando Henrique Cardoso no Senado – no qual ele elegera como objetivo do seu governo o “fim da Era Vargas” (CARDOSO, 1994), metáfora da tradição nacional de um suposto protagonismo do Estado perante a sociedade – não faltam exemplos de narrativas desse perfil.

A grande guinada capaz de distinguir a direita radical foi a transplantação dos seus embates ante a esquerda para o terreno da moral. Através de uma *hipermoralização* da realidade, que reduz todas as disputas a um confronto entre bem e mal absolutos, constrói-se um discurso onde o universo da esquerda deve ser necessariamente erradicado. Para tanto, valem todos os métodos que em nome de um bem superior não apenas censuram ideias, mas também exterminam pessoas e formas de vida. Retomando velho mote anticomunista (MOTTA, 2002), a esquerda surge como patologia, que não deve ser tolerada, mas extirpada. O termo *esquerdopata* é um ótimo exemplo dessa perspectiva. Apoiado por tais discursos, o fascismo ressurgiu, dando força imprevista a grupos tidos por minoritários. As concepções militaristas, hierárquicas e contrárias à diferença ganham cores modernas, que mal escondem as marcas do passado.

O ponto central, todavia, é a importância da ideia de inimigo para a coesão desse campo da direita radical. Grupos caracterizados por ênfases diversas e mesmo argumentos contraditórios acomodam-se do mesmo lado em virtude da ojeriza à outra parte da trincheira. Na luta concreta, a esquerda tem uma face mais evidente: o Partido dos Trabalhadores. A identificação é eficiente não apenas pois vincula o inimigo ao mais conhecido partido nacional, alvo de incessantes ataques da mídia durante os últimos 15 anos, mas também porque permite identificar a esquerda ao *status quo*. Nesse movimento, a direita radical assume o lugar da contestação antissistema usualmente reivindicado pela esquerda⁴. Se, escrevendo sobre a República de 1946, Wanderley Guilherme dos Santos afirmou

4 Esther Solano tem recentemente enfatizado esse argumento.

que a UDN era o mais “subversivo” dos partidos políticos da época, o mesmo pode ser dito desses novos atores da direita radical. Os inimigos, assim, são não apenas a esquerda e o PT, mas todos os representantes do sistema político tradicional, marcado, como no discurso udenista sobre nossa experiência democrática anterior, pelas pechas da subversão comunista e da corrupção, ambos conceitos opostos a certa ideia de restauração da ordem. Na atual versão, mudam as paranoias de intervenção externa, com a Venezuela a ocupar, ao lado do cativo posto de Cuba, o lugar da velha república sindicalista Argentina, mas permanece a forma. O ataque contra algumas minorias, como mulheres, negros e a comunidade LGTBI, é mais explícito e cruel, mas todos estão no alvo do novo regime. Perece, ao menos na sua forma conhecida, a experiência democrática dos últimos 30 anos. A salvação alcança apenas os que colaboram com o novo estado de coisas e tem, com isso, seu passado devidamente esquecido.

A expansão do discurso da direita radical não se limitou, contudo, à conquista dos corações de homens de estado, mas ganhou o gosto das elites econômicas, mesmo daquelas anteriormente próximas dos governos petistas. Mesmo que o gosto, ao menos retórico, pelos argumentos neoliberais e libertários faça sentido pela autoimagem de classe dos diversos setores do empresariado e do capital financeiro, a adesão ao repertório dessa direita radical também passou pelo seu elogio às pautas moralmente regressistas do neoconservadorismo. Nem apenas de interesses se faz a política e a adesão à direita radical. O protagonismo dos empresários permitiu, entretanto, não apenas a atuação nos fóruns mais exclusivos, mas o fortalecimento de uma campanha massiva de divulgação desse ideário, que, na presente eleição, ultrapassou em muito as cidadelas da elite.

Trabalhos como os de Camila Rocha (2018) mostram como a construção da hegemonia da direita radical contou também com uma militância de base, organizada sobretudo a partir das redes sociais em momento onde tais ideários se mostravam em claro ocaso no Brasil. Parte dos nomes mais destacados neste cenário, alguns dos quais elevados ao centro do poder, construíram uma atuação por tais meios, fundamentais para compreender seu protagonismo. Por outro lado, as articulações em torno de *think tanks* são determinantes para a construção dessa nova hegemonia. Desde o Instituto Liberal, organizado já na década de 1980 no esteio da Sociedade Mont Pelerin (ONOFRE, 2018) e renovado na última década, há uma longa organização política institucional das direitas radicais no país. É importante que não se perca de vista o papel fundamental de organizações e instituições que defendem abertamente uma agenda próxima dessa direita radical, a exemplo do Instituto Millenium, o Instituto Ludwig Von Misses, o Instituto Liberdade, o Instituto de Estudos Empresariais, o Estudantes pela Liberdade e o Instituto Ordem Livre. Reunindo empresários, economistas, juristas, jornalistas e outros intelectuais, essas organizações vêm atuando como *think tanks* na defesa dos valores e das políticas liberais, muitas vezes estabelecendo vínculos estreitos com grupos empresariais e de mídia, como a Editora Abril, a Gerdau, o Bank of America Merrill Lynch, o Grupo Suzano, o Grupo Estadão, dentre outros. Mais do que recairmos em uma falsa dicotomia entre trabalho de base e manipulação pelo alto, há que se perceber uma ação coordenada entre as duas dimensões, umas das quais dificilmente perduraria sem a outra.

Para os dois movimentos, é fundamental olhar para além das fronteiras nacionais, percebendo as relações entre o tempo do Brasil e o do mundo. Desde o final da década de 1970, organizam-se redes globais de intelectuais, militantes e *think tanks* neoliberais, libertários e neoconservadores, com o explícito objetivo de construir uma nova hegemonia global da direita radical. Os resultados são explícitos tanto no campo mais evidente da predominância de repertórios neoliberais no debate público e da ascensão de governos que reivindicam explicitamente tal perspectiva, como na progressiva expansão de linguagens neoconservadoras. A construção desta rede antecede em muito os artefatos de Steve Bannon⁵ e da Cambridge Analytica.

5 Sobre Bannon, ver Alexander, 2018.

O que talvez seja o fenômeno mais relevante a ser destacado é como se construiu uma coalizão capaz de articular intelectuais, políticos, empresários e funcionários do Estado, de modo a dotar as ideias e interesses de uma repercussão ainda mais significativa. Sua heterogeneidade torna a composição ainda mais importante de ser analisada. Partidos políticos, como o Partido Novo e o PSL, e *think tanks* despontam como lugares de encontros políticos e intelectuais, fundamentais para os desenlaces da atual conjuntura. Os vínculos também podem se dar de maneira mais direta, entre um intelectual e determinado político. O exemplo mais paradigmático nesse sentido é o de Olavo de Carvalho, que assumiu ao longo dos últimos anos uma posição de “guru” intelectual do recém-eleito presidente da República, Jair Bolsonaro, inclusive com a indicação de dois nomes para a composição dos ministérios da Educação e das Relações Exteriores, respectivamente, Ricardo Vélez Rodrigues e Ernesto Araújo. Não resta dúvida, entretanto, que as composições do atual cenário da direita vão além de meros vínculos pessoais, já que encontram crescente peso e articulação institucional, o que tanto pode lhes garantir maior estabilidade, quanto aumentar a intensidade dos futuros conflitos.

O que resta da democracia brasileira? Sobre o avanço das direitas no âmbito político-institucional

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república representa a chegada ao poder Executivo da fração mais truculenta dentre os defensores da ditadura militar no país. É preciso sublinhar esse fato. Não se trata, portanto, simplesmente da chegada dos militares ao poder (em consórcio com tantos outros atores), mas sim, reconhecidas as distinções internas ao (ex-)oficialato, da ascensão do grupo que expressa menos escrúpulos ao defender as práticas de tortura e execução de adversários políticos – práticas comuns no período ditatorial louvado pelo futuro ocupante do Palácio do Alvorada.

Como o candidato do PSL não foi alçado à presidência por nenhum golpe de Estado de tipo clássico e, mais ainda, como ele foi sufragado por quase 58 milhões de votos (10 milhões a mais do que conseguiu seu oponente no segundo turno das eleições presidenciais de 2018), ao observador imediatista e superficial seriam sólidos os indícios de que a democracia brasileira vige costumeiramente, sem maiores abalos, restando apenas a constatação de que a direita radical teria chegado à presidência do Brasil pelos mecanismos salutares da alternância de poder.

Ainda que a ascensão pela via eleitoral seja, de fato, expressiva e deva ser propriamente esmiuçada no que tange ao comportamento do eleitorado (e às suas clivagens sócio-econômicas e identitárias), parece-nos evidente que a teia de causalidades que a explicam remete a uma série de eventos, medidas, ações e juízos, ocorridos ao menos desde 2014, que em muito ultrapassam os limites do que se poderia qualificar de “normalidade democrática”. Nesse sentido, importa reconhecer que as eleições presidenciais de 2018 se realizam no contexto de uma democracia já severamente avariada e que, não à toa, a vitória eleitoral de uma direita radical pró-ditadura suscita a realista impressão de que podem não sobrar muitos alicerces da democracia brasileira depois que essa experiência passar. Quando ela passar. A fim de compreender a complexa trilha histórica pela qual retrocedeu a política brasileira contemporânea, no que segue passaremos a um breve e não-exaustivo inventário das supracitadas avarias que sofreu a democracia no país nos últimos anos.

Por ora, antes de lançarmos um olhar panorâmico sobre estes relevantes pontos de inflexão na história recente da nossa democracia, ressalte-se que nossa interpretação desta complexa série de acontecimentos difere de duas teses assaz difundidas nas análises que se debruçam sobre o mesmo objeto. De um lado, o que chamaremos de “tese do esgotamento” tende a avaliar a trajetória recente da vida política nacional como efeito do que seria um colapso da Nova República inaugurada em 1988 – colapso causado pela própria fragilidade intrínseca de suas bases. Por esse viés, expresso por

diversos intérpretes do Brasil contemporâneo dentre os quais se pode destacar, por exemplo, o filósofo Vladimir Safatle, estaríamos vivendo o fim de um ciclo histórico caracterizado pela ideia (e pela prática) da conciliação. Seria, então, por um déficit de conflito político, déficit este que se consagraria desde a Constituição de 1988 por um arranjo institucional conciliatório, que chegaríamos ao estágio atual: como o suposto pacto de conciliação nacional teria bases frágeis e estaria fadado a fenecer, pode-se falar em “esgotamento da Nova República”, “esgotamento do lulismo”, “esgotamento da esquerda brasileira” (SAFATLE, 2017), e assim por diante. Ainda que possa ser pertinente a crítica a certos arranjos conciliatórios e ao modo como estes efetivamente atravancaram, aqui e ali, as possibilidades de transformações em sentido progressista da sociedade brasileira, o uso dos termos “esgotamento”, “ciclo” e “colapso” parece evidenciar o componente teleológico e naturalista desta chave interpretativa que, a nosso ver, a despeito de seus muitos méritos, termina por deflacionar o nervo político da história contemporânea do país, tratando do “esgotamento” como se fosse um fenômeno travejado pela necessidade histórica. Como se conflitos não tivessem havido. E como se a Nova República fosse uma causa perdida que faríamos melhor em relegar ao passado – afinal, colapsos são tendências intransponíveis contra as quais toda luta seria vã.

De outro lado, a “tese da polarização” enfatiza um suposto exacerbamento das diferenças políticas entre grupos da sociedade que culminaria, no plano institucional, na radicalização de seus representantes e, no tecido social, na ruptura de relações motivada politicamente. Esta tese, amplamente difundida não apenas entre acadêmicos como também no registro da esfera pública, vem sendo advogada por Pablo Ortellado, dentre tantos outros. A nosso ver, a ideia de polarização é inapta para captar o sentido das disputas políticas que ocorreram no país nestes últimos anos principalmente porque ela parece subentender uma politicamente perigosa (e analiticamente equivocada) falsa equivalência entre o tipo de radicalização do discurso de direita e um suposto movimento análogo que ocorreria no campo da esquerda. Ocorre que tal equivalência é espúria, não ajuda a reconstruir a teia das contradições de nossa história recente e, além disso, tangencia a desresponsabilização das direitas por sua inflexão extremista. Se o conceito de polarização implica uma simétrica ida aos polos, resta evidente que ele esconde mais do que revela, pois no caso brasileiro não há qualquer simetria possível entre a radicalização das pautas das direitas e a atuação política das esquerdas, seja no governo, seja fora dele.

Não estamos em uma democracia esgarçada pela polarização, porque tal esgarçamento se deveu à radicalização de práticas e concepções no multifacetado campo da direita. E não estamos tampouco vivenciando um esgotamento necessário do arranjo institucional erigido pela Constituição de 1988, porque a análise do processo histórico recente evidencia tanto a multiplicidade de conflitos políticos em diversos planos institucionais quanto a existência de uma miríade de variáveis, não passíveis de subsunção a qualquer narrativa que ambicionasse enquadrar os eventos como resultado de uma estrita marcha da necessidade histórica.

Para além da polarização e do esgotamento, a *direitização* da vida política brasileira teve ruidosos efeitos nos três poderes da República, nas instituições político-partidárias, no Ministério Público e alhures. Isto pode ser constatado na breve reconstrução delineada a seguir, em que convergências insólitas, inflexões inauditas, apostas altíssimas e até mesmo idiossincrasias individuais determinaram o desenrolar dos acontecimentos.

Poderíamos remontar a eventos mais longínquos no tempo, porém, o recuo até as eleições de 2014 parece-nos suficiente para revelar os traços mais pronunciados desta história da ascensão recente das direitas no âmbito institucional. A vitória eleitoral apertada de Dilma Rousseff, com pouco mais de 3% de votos válidos de vantagem sobre o candidato da direita, prenunciava dificuldades para o novo mandato. A quarta vitória seguida do PT nos embates de segundo turno contra os tucanos parecia desde logo sugerir, algo paradoxalmente, não tanto a consagração da hegemonia eleitoral petista, mas sim uma tendência de fortalecimento das oposições, que já no contexto da campanha contavam com

o apoio de diversas frações do PMDB (Romero Jucá *et cetera*). Desde então, o partido “de centro” por excelência, o partido da governabilidade, fiador da estabilidade democrática, apresentava sinais de *direitização* que apenas se agudizariam com o passar do tempo. De partido da ordem, o PMDB passaria paulatinamente à condição de partido “subversivo”, ao mesmo tempo em que comandava diversos ministérios e ocupava o estratégico posto da vice-presidência.

Tal metamorfose, inflexão inaudita que viria a ser absolutamente determinante para tudo o que se seguiu, possui um feixe híbrido de causalidades. Uma delas, que nada tem de desprezível, remete a Eduardo Cunha. Há ricas descrições sobre a relevância de Cunha no processo de impeachment (LIMONGI, 2015). Importa-nos aqui salientarmos que a ascensão de Cunha, dentro do PMDB e na vida política nacional, revela não apenas o quão determinantes são as idiossincrasias individuais para o tecido da história política nacional, como também a canalização das preferências empresariais na direção de uma direita radicalizada. Cunha representa, a um só tempo, uma síntese do avanço dos evangélicos no Congresso Nacional, da formação de uma vasta bancada transpartidária de estrita fidelidade ao *condottiero* que articulava o financiamento empresarial das campanhas, e da ascensão de um antipetismo visceral no interior do maior aliado formal do PT no governo federal.

A eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados exemplifica, ainda, a persistência do nervo agonístico desta história: o “colapso”, ou o “esgotamento”, é feito, afinal, de derrotas políticas, e uma delas se cristalizou com a vitória de Cunha em fevereiro de 2015. Político profissional do PMDB fluminense, Cunha também simboliza os efeitos contraditórios da política de alianças petista: não foi por acaso que o principal artífice político que pôs fim aos treze anos do período petista na presidência veio do Rio de Janeiro, palco de uma longa prática aliancista que resultou na destruição do PT no estado e na hegemonia eleitoral pemedebista por mais de uma década.

Se já no âmbito do Poder Executivo, e mesmo antes do início do segundo mandato, Dilma Rousseff dava claros sinais de recuo na definição de sua política econômica, que passaria a ser mais afinada com os ditames neoliberais impostos pelo mercado, a ascensão de Cunha colocou de vez o Executivo na defensiva. Mais do que isso, passou a haver um claro direcionamento do Poder Legislativo como ator decisivo de uma feroz oposição ao governo, boicotando abertamente as iniciativas governamentais através das chamadas “pautas-bombas”. Com a Lava Jato em seu encaixe, o PMDB de Cunha se consolida ao longo de 2015 como o principal partido de oposição... a um governo do qual participava como co-protagonista! Se as democracias tendem a perecer quando se exagera na prática do “*constitutional hardball*” (LEVITSKY, ZIBLAT, 2018), o caso da atuação do Legislativo brasileiro em 2015 deverá tornar-se exemplo canônico a ser estudado no futuro pelos politólogos da des-democratização. Enfim, com a “Ponte para o futuro”, programa alternativo de governo apresentado pelo PMDB em fins de 2015, consolida-se o quadro de alinhamento do partido de Cunha e Temer com o empresariado e os setores da sociedade que se manifestavam abertamente pelo impeachment da presidenta.

A *direitização* também conta, por óbvio, com a atuação do PSDB. Aprendemos com David Runciman que o momento imediatamente posterior às eleições é decisivo para a aceleração (ou não) do fim das democracias (RUNCIMAN, 2018). Caso o perdedor não reconheça o resultado eleitoral, abre-se uma típica situação de instabilidade que tende a abrir a caixa de pandora dos ressentimentos derrotados: mais uma vez, aqui, a postura de Aécio Neves em novembro de 2014, pedindo recontagem de votos sem fundamentada desconfiança e acusando o PT de ser uma “organização criminosas”, põe o Brasil no rol de exemplos mais bem acabados de dinamitação da democracia. Desde antes do início do segundo mandato, começou a haver uma pública e notória caça aos elementos que pudessem ser suficientes para pôr em movimento o processo de impeachment.

A aliança PMDB-PSDB induz à emergência da estapafúrdia dinâmica institucional em que não apenas o Legislativo atuava como oposição ao governo, como também alguns próprios setores do

Executivo (capitaneados pelos pemedebistas) engrossavam o coro dos opositoristas. Não foi, contudo, apenas esta estranha *direitização* do PMDB que levou ao impeachment de Dilma. O desequilíbrio de poderes contou ainda com a prestimosa atuação do Judiciário e do Ministério Público.

Para além das minúcias do desdobramento da Operação Lava Jato e da atuação do STF, interessa sublinhar a convergência insólita que, a certa altura, vinculava os autodenominados “cruzados anti-corrupção” de Curitiba a alguns políticos, todos em defesa do impeachment como um imperativo inadiável. Assim, tivemos o fervor evangélico do procurador Deltan Dallagnol convocando publicamente fiéis para as manifestações pela derrubada de Dilma, e as altas apostas de Sergio Moro ao divulgar ilegalmente áudios envolvendo Lula e Dilma a poucas semanas da votação do impeachment na Câmara. Naquele março de 2016, Eduardo Cunha e Sergio Moro atuavam para o mesmo fim, ainda que possivelmente tivessem interesses divergentes. As avarias à democracia brasileira foram praticadas, pois, sem contar necessariamente com amplas conspirações. Os mais diversos atores convergiram, cada um em sua esfera de atuação, sem que suas ações precisassem ser concertadas pelo alto.

Um enquadramento republicano dos arroubos de Moro e Dallagnol ainda seria possível, não estivessem as cúpulas das instituições do sistema de justiça hegemônicas pelo antipetismo – ou, ao menos, majoritariamente convencidas de que seria menos custoso deixar sucumbir o governo Dilma. No caso do STF, a sequência que envolve o pedido de prisão de Delcídio do Amaral em novembro de 2015, as reprimendas gesticulares (seguidas de afagos) a Moro nos episódios de março de 2016 e o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, adiado até poucas semanas depois de aprovado o impeachment – tal sequência ilustra a tomada de partido do Judiciário no sentido de derrubar o governo liderado pelo PT. Tomada de partido que não é apenas conjuntural, mas que antes reflete certa predominância de um projeto ideológico específico entre os “juristas políticos” (CHALOUB, LIMA, 2018).

Com o golpe parlamentar consumado (SANTOS, 2017; SINGER, 2018), a direita assume o Poder Executivo. A coalizão do governo Temer inclui desde sua primeira hora os partidos que, como o DEM e o PSDB, fizeram oposição aos governos Lula e Dilma durante treze anos. Desprovido de legitimidade e empenhado em aprovar reformas neoliberais radicais, o governo Temer não consegue recuperar a economia brasileira – e este fracasso, em conjunto com a amplificação das denúncias contra Temer, contra o círculo de seus acólitos mais próximos e contra Aécio Neves, inviabiliza a projeção de uma vitória eleitoral governista em 2018. Temer faz aprovar a reforma trabalhista e a lei de terceirização, o que lhe rende encômios de empresários e economistas ortodoxos, além do mais alto índice de impopularidade de um Presidente da República desde a redemocratização do país.

Bolsonaro se projeta como liderança nacional no vazio deixado pelo PSDB. A impopularidade recorde da direita no governo transforma as eleições de 2018 em uma disputa de oposições. Como não havia possibilidade de um desenlace favorável ao governismo, todos se apressam em adornar-se como fervorosos opositoristas. A derrocada da direita, no poder com PMDB e PSDB, conforma uma eleição onde os dois principais candidatos pertencem à esquerda e à direita radical. Os resultados das eleições municipais de 2016 indicavam o potencial de candidatos *outsiders*, com as vitórias de João Dória em São Paulo e Alexandre Kalil em Belo Horizonte. Apontavam, ainda, para o peso do eleitorado evangélico e para o potencial de alianças entre evangélicos e os setores mais ricos da população, como se evidencia na eleição do bispo Marcelo Crivella no Rio de Janeiro.

Ao PT, grande derrotado das eleições municipais de 2016, restava apostar no fracasso do governo Temer, que de fato ocorreu, e na popularidade de Lula, para tentar derrotar o golpe parlamentar pela via eleitoral. A prisão de Lula, em abril de 2018, ordenada por Sergio Moro a seis meses das eleições, em processo amplamente contestado por juristas brasileiros e estrangeiros, aprofunda o dano em

nossa combalida democracia representativa. Sem Lula, o pleito é evidentemente maculado de partida.

No quadro constituído por um golpe parlamentar; pela prisão da maior liderança oposicionista, pelo crescente protagonismo dos militares na política nacional amplificado com a intervenção militar no Rio de Janeiro a partir de fevereiro de 2018; pelo assassinato de Marielle Franco, vereadora negra e lésbica eleita pelo PSOL, militante de esquerda, dos direitos humanos e voz ativa contra a militarização da vida (assassinato cujos mandantes e executantes ainda não foram desvendados enquanto escrevemos estas linhas, em dezembro de 2018) – é neste quadro que Jair Bolsonaro se sagra presidente do Brasil.

Repisar as características básicas deste quadro pode, por vezes, tangenciar a reiteração de obviedades. Mas não deixa, por isso, de ser necessário, política e analiticamente. Como também é relevante repisar o fato, não menos óbvio, de que a vitória eleitoral de Bolsonaro não implica a súbita bolsonarização de toda a sociedade brasileira: entre as mulheres, os negros e pardos, os não evangélicos e aqueles que recebem até dois salários mínimos, o candidato do PSL não obteve maioria. Sua vitória reforça uma inflexão à direita na política nacional que se cristaliza com o golpe parlamentar e parece se consolidar com as eleições de 2018, diretamente determinadas pela intervenção do Judiciário.

Precisamente porque as direitas não são unívocas, já transparecem, desde antes de iniciado o governo Bolsonaro, inúmeras fricções e disputas dentro do campo vencedor. Militares, empresários, evangélicos, financistas, ruralistas e industriais podem possuir um antagonista comum, mas não possuem objetivos necessariamente convergentes. Seus métodos políticos são distintos, suas prioridades são potencialmente contraditórias. A ver o que ocorrerá com a irrupção do discurso direitista radicalizado a partir do momento em que o bode expiatório não puder ser plausivelmente mobilizado para canalizar as frustrações difusas.

O dossiê buscou reunir trabalhos com as mais diversas perspectivas e temas, único caminho possível para oferecer um panorama, mesmo que parcial, do estado da arte das direitas no Brasil contemporâneo. Ao longo do texto de apresentação feito pelos três organizadores, dos oito artigos inéditos e da entrevista com Luiz Eduardo Soares, as diferentes feições das direitas foram abordadas a partir das ideias e discursos políticos, da história do Brasil, das relações entre religião e política, do mercado editorial, das tecnologias de informação, da segurança pública, da cultura e das instituições políticas, em amplo mosaico que pretende sugerir linhas para melhor compreender a atual conjuntura e seus possíveis desdobramentos.

O artigo de Victor Rabello Piaia, “Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff”, tematiza um dos elementos cruciais do recente avanço das direitas no país. Detendo-se sobre o processo de escalada do apoio de diversos setores da sociedade ao impeachment de 2016, e particularmente sobre o modo como aquele apoio foi multiplicado no ambiente das redes sociais, Piaia apresenta um relevante estudo sobre como as novas tecnologias da comunicação estão sendo apropriadas nas comunicações políticas cotidianas. Depois das eleições de 2018, marcadas pelo uso de robôs e pela difusão massiva de *fake news*, o artigo de Piaia adquire ainda maior importância, por revelar o modo como as redes já interferem decisivamente na vida política do país ao menos desde 2015.

Em “Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo”, Leonardo Puglia discute a centralidade conferida ao comunista sardo por alguns dos ideólogos mais proeminentes da direita brasileira, segundo os quais haveria uma suposta hegemonia gramsciana na vida cultural do país nas últimas décadas. É de particular interesse, tendo em vista seu recente protagonismo até mesmo na

indicação de futuros ministros do governo de direita radical recém-eleito no país, a exposição detida sobre o tratamento que Olavo de Carvalho dedica à suposta penetração gramsciana no Brasil.

Josnei di Carlo e João Francisco Hack Kamradt analisam o fortalecimento do discurso do politicamente incorreto e a importância dessa narrativa para a emergência de um ator como Jair Bolsonaro no artigo “Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira”. O trabalho consegue articular de forma convincente o estudo de discursos políticos com a análise das redes sociais, em contribuição relevante para compreender o avanço da direita no Brasil. A reconstrução dos caminhos argumentativos e o papel das redes sociais na expansão dessa cultura política expõe alguns aspectos centrais sobre a construção desse novo tipo de ator público que ocupa lugar central na cena política.

No artigo “O mercado editorial e a nova direita brasileira”, Leonardo Nóbrega analisa a expansão e a consolidação do mercado editorial voltado para a publicação de livros com agendas abertamente de direita no Brasil. Ao focar especialmente na editora Record, embora sem perder de vista outras casas editoriais, o autor procura discutir o papel desempenhado pelo editor Carlos Andreazza na reconfiguração do catálogo desta editora no sentido de conferir maior destaque em suas publicações a intelectuais de direita, em consonância com um movimento já testemunhado nas redes sociais de expansão de ideias conservadoras.

A crescente atuação de correntes evangélicas na política nacional é objeto do artigo de Vinicius Saragiotto Magalhães Valle. Em “Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC”, o autor se debruça sobre os casos de dois partidos políticos que, cada qual à sua maneira e com estratégias distintas, têm atuado como vias para a inscrição político-institucional da direita religiosa.

O trabalho de Gustavo de Alencar também trata das relações entre religião e política, com ênfase na contribuição de grupos neo-calvinistas para a o fortalecimento do discurso da direita radical. Intitulado “Evangélicos e a nova direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política”, ele tem por objeto de estudo dois grupos de perfil protestante tradicional, o LAbri Brasil e a Igreja Esperança, que tem produzido e influenciado fiéis sobre temas como política, gênero e economia. O artigo contribui para uma melhor compreensão do papel de discursos religiosos no cenário político, ao expor a penetração de certo discurso evangélico conservador nas classes médias intelectualizadas, que compõe a maior parte dos fiéis das instituições analisadas.

O avanço das direitas no Brasil contemporâneo é particularmente pronunciado no âmbito das instituições políticas. Tomando como objeto os debates parlamentares ocorridos na Câmara dos Deputados desde 2014, Rayani Mariano dos Santos apresenta em “Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre ‘ideologia de gênero’ e Escola sem Partido entre 2014 e 2018” um interessante levantamento sobre como dois dos temas mais abordados pelas direitas contemporâneas no país foram tratados pelos representantes eleitos.

Naiana Zaiden Rezende Souza, em artigo intitulado “Em defesa da moral cristã? Fundamentos e justificativas da bancada evangélica nos projetos de lei anti aborto”, concentra sua análise em uma das temáticas que vem ganhando, ao longo dos últimos anos, enorme atenção por parte de segmentos da direita brasileira, a saber, o debate em torno do aborto. A autora se propõe a investigar a atuação de políticos religiosos no Congresso Nacional, em especial os integrantes da chamada Frente Parlamentar Evangélica, com o intuito de analisar de que maneira esses atores buscaram fazer avançar projetos de lei voltados para a proibição da interrupção da gravidez, ancorados em diferentes tipos de agendas e discursos.

O dossiê se encerra com uma entrevista. Sua feição, composto por temas e abordagens diversas,

requeria um entrevistado capaz de articular distintos olhares para a ascensão das direitas. Luiz Eduardo preenche com sobras os requisitos. O entrevistado dispensa maiores apresentações, mas cabe brevemente mencionar sua vasta trajetória acadêmica - como professor de UNICAMP, IUPERJ e UERJ, além de visiting scholar em Harvard, University of Virginia, University of Pittsburgh e Columbia University - e ampla experiência em cargos públicos, como seu período enquanto Secretário nacional de segurança pública bem demonstra. A entrevista expõe um intelectual diretamente comprometido com causas públicas e capaz de olhar o atual momento conturbado a partir de múltiplas perspectivas, em discurso onde reflexões sobre a formação da sociedade brasileira e as tradições da nossa política se encontram com suas experiências no mundo público. Em tempos de profundas dúvidas sobre a natureza e as saídas para a atual crise, Luiz Eduardo Soares oferece interpretações distantes do conformismo da maior parte das análises de conjuntura contemporâneas.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffrey A. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.08.03; p. 1009-1023, set.-dez., 2018.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*. Vol. 34, No. 6 (Dec., 2006), pp. 690-714.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso do Senado Federal, 14 de dezembro de 1994.

CEPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 23 nº. 2, p. 75-122, mai.-ago. 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da Nova Direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência* nº 82, jan.- mar., 2016.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.49, n. 1, p.202-252, mar./jun., 2018.

CRUZ, KAYSEL, CODAS (Orgs.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; MESSSENBERG, Debora. Dossiê Um espectro ronda o Brasil (à direita). *PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.25.1, 2018.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HABERMAS, Jürgen. A crítica neoconservadora da cultura nos Estados Unidos e na Alemanha. In: *A nova obscuridade: pequenos escritos políticos*. São Paulo: Unesp, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RIO/Contraponto, 2006.

LEVITSKY, S. e ZIBLATT, D. *Como morrem as democracias*. São Paulo: Zahar, 2018.

LIMONGI, F. “O Passaporte de Cunha e o impeachment”. In: *Novos Estudos Cebrap*, 103, Novembro de 2015.

MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017*.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 15, 2016, p. 590-621.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

ONOFRE, Gabriel. O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX. Tese História UFF, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O Ódio à Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?. In: *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. SOLANO, Esther (org.). Boitempo, 2018.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou Da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RUNCIMAN, D. *Como as democracias chegam ao fim*. São Paulo: Zahar, 2018.

SAFATLE, V. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, W. G. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, A. *O lulismo em crise*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

LULA NA
CADEIA!